



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000817849

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003387-34.2014.8.26.0648, da Comarca de Urupês, em que é apelante ALEX FERNANDES FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BARBARA DA SILVA MONARI (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), GILSON DELGADO MIRANDA E BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 8 de novembro de 2016

CESAR LUIZ DE ALMEIDA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 6577

APELAÇÃO Nº 0003387-34.2014.8.26.0648

APELANTE: ALEX FERNANDES FERREIRA

APELADO: BARBARA DA SILVA MONARI

COMARCA: URUPÊS

JUIZ(A): RENATO SOARES DE MELO FILHO

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO COM MORTE - SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE – CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE – ALEGAÇÕES DE INÉPCIA DA INICIAL E COISA JULGADA AFASTADAS - REQUERIDO CONDENADO NA ESFERA CRIMINAL – IMPOSSIBILIDADE DE NOVA DISCUSSÃO ACERCA DA RESPONSABILIDADE PELO ACIDENTE – DANOS MORAIS E PENSIONAMENTO DEVIDOS - JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação (fls. 184/220) interposto contra a r. sentença de fls. 171/175 que, em ação indenizatória, julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o requerido a) ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 85.000,00, corrigido pela Tabela Prática do TJSP desde a data da prolação da sentença, e juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso; b) ao pagamento de pensão mensal correspondente a 1/3 de 1,4 salários mínimos nacionais vigentes a cada mês, incluindo-se 13º salário e 1/3 de férias, desde o mês seguinte ao fato (janeiro de 2012), até a autora completar 25 anos de idade, e com correção monetária e juros de 1% ao mês desde o evento danoso; c) a constituição de capital que assegure o pagamento do valor mensal das pensões; d) ao pagamento das despesas e honorários advocatícios em favor dos autores, fixados em 15% do valor total da condenação.

Embargos de declaração opostos pelo requerido (fls. 178/179) e rejeitados (fls. 180).

O réu apela sustentando cerceamento de defesa pelo indeferimento à produção de novas provas. Ainda em sede de preliminar, alega a inépcia da inicial e coisa julgada.

No mérito defende a ausência de nexo de causalidade, a culpa concorrente da vítima, ausência de prova do estado de embriaguez e ainda levanta a possibilidade de terceiro veículo ter atropelado a vítima.

Requer o afastamento ou a redução da indenização por danos morais, sob o fundamento de que já houve condenação em ação penal.

No que diz respeito à fixação de pensão, o apelante alega que a apelada já recebe benefício pelo INSS, e por essa razão o pensionamento deve ser afastado. Por fim, requer o deferimento do benefício da gratuidade processual.

Recurso regularmente processado e recebido em ambos os efeitos (fls. 222).

Parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça a fls. 229/234.

É o relatório.

Ab initio, deixo consignado que o recurso comporta parcial acolhimento.

Ao contrário do afirmado pelo requerido, o julgamento antecipado do processo não caracterizou cerceamento de defesa, nem violação à garantia constitucional da ampla defesa e do devido processo legal, pois, como já se decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça: **“Tendo o magistrado elementos suficientes para o esclarecimento da questão, fica o mesmo autorizado a dispensar a produção de quaisquer outras provas, ainda que já tenha saneado o processo, podendo julgar antecipadamente a lide, sem que isso configure cerceamento de defesa”** (STJ-6ª Turma, Resp 57.861-GO, rel. Min. Anselmo Santiago, j. 17.2.98, não conheceram, v.u., DJU 23.3.98, p. 178) sic.

No caso em tela, o magistrado *a quo* entendeu desnecessária a produção de outras provas diante da condenação do requerido na esfera criminal, já transitada em julgado.

O artigo 935 do Código Civil dispõe que **“a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”**. Sic

Por isso, dispensável a produção de outras provas, tendo em vista a condenação do apelante na esfera criminal, o que tornou certa a obrigação de indenizar. Afasto, portanto o alegado cerceamento de defesa.

A preliminar de coisa julgada também merece ser afastada, já que as esferas criminal e cível são independentes nos termos do artigo supra.

Tampouco merece acolhida a alegação de inépcia da inicial, uma vez presentes os requisitos exigidos pelo artigo 282 do Código de Processo Civil de 1973, com correspondência no artigo 319 do novo diploma

legal. A autora descreve os fatos e apresenta os fundamentos jurídicos do pedido e da causa de pedir de maneira clara e lógica a possibilitar a manifestação da defesa.

Passo a análise do mérito.

Consta dos autos que Robinson Donizeti Monari trafegava com a motocicleta Honda CBX-250 Twister, placa DXJ2391, pela Rodovia Alfredo Jorge Abdo, quando sofreu colisão frontal com o automóvel VW/Golf, placa BLW2949, que era conduzido pelo requerido Alex Fernandes Ferreira.

A ação penal nº 0001175-07.2012.8.26.0132 que tramitou pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Catanduva/SP, foi julgada procedente e condenou o requerido pela prática dos crimes previstos nos artigos 302, *caput* (homicídio culposo) e 303, *caput* (lesão corporal), e 306 (embriaguez ao volante) da Lei nº 9.503/97, conforme sentença transitada em julgado (fls. 162/170).

Desse modo não cabe qualquer discussão a respeito da responsabilidade do apelante pelo acidente de trânsito, uma vez que o nexo de causalidade e a culpa foram demonstrados.

Aliás, sobre essa questão, já decidiu esta 28ª Câmara de Direito Privado, a saber:

Certa e exclusiva a culpa do réu, já reconhecida por sentença penal com trânsito em julgado, no acidente que causou a morte do marido e pai dos autores, mantém-se sua condenação ao pagamento de pensão mensal e de indenização moral, elevado seu montante, nas circunstâncias. Mantém-se também rejeição da arguição de falta de interesse de agir e se defere ao réu a gratuidade processual. (Apelação nº 0023523-55.2011.8.26.0196 – Desembargador Relator CELSO PIMENTEL - 28ª Câmara de Direito Privado – j. 15/07/2013 – v.u.). Sic

Além disso, em que pese o apelante alegue a culpa concorrente da vítima, inexistência de prova a respeito do estado de embriaguez e eventual culpa de terceiro veículo, não há nos autos qualquer indício, ou prova a esse respeito.

Como bem ressaltado pela douta Procuradoria Geral de Justiça (fls. 232):

“No mérito, as alegações de afastamento do nexo de causalidade, estado de embriaguez e morte da vítima por outro veículo que não o dirigido pelo réu não comportam discussão pelo simples fato de que a responsabilidade pelo acidente já foi perfeitamente declarada na esfera criminal, tendo o réu sido condenado com trânsito em julgado do

acórdão que julgou a apelação. (...) De outra parte, o apelante acena com ocorrência de culpa exclusiva ou concorrente da vítima para a eclosão do evento danoso, mas não logrou demonstrar eu tal tenha ocorrido, pois é certo que o acidente ocorreu porque, no local e hora dos fatos, praticou ultrapassagem indevida, vindo a colidir com a motocicleta da vítima que trafegava em sua correta mão de direção. Por conseguinte, de se afastar a suposta culpa do falecido pelo acidente”. Sic

No que diz respeito aos danos morais é inegável o sofrimento experimentado pela autora em decorrência da morte de seu genitor Robinson Donizeti Monari.

Essa é a orientação jurisprudencial do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a saber:

“Dano moral puro. Indenização. Sobrevindo, em razão do ato ilícito, perturbação nas relações psíquicas, na tranqüilidade e afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, passível de indenização” sic (STJ-4ª. Turma, Resp. Rel. Min. Barros Monteiro, j. 18.02.92, RSTJ 34/285). Sic

É oportuna, ainda, a lição que foi ofertada pelo Eminentíssimo Desembargador **NEY ALMADA**, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como Relator nos autos da apelação cível n. 173.975-1/0, j. 29/12/1992, a saber:

“Na escala axiológica, o bem da vida humana é supremo, servindo de assento a qualquer outro e, ainda, para a realização de todos os demais valores. Bem fundante. Primeiro e último valor, Ortega & Gasset a considera a realidade radical, aquela onde se enraízam todos os demais”. Sic

Patente, pois, o déficit psíquico suportado pela autora em razão do falecimento de seu pai.

Reconhecido o dano moral puro, observo que, conquanto inexistente fórmula matemática para a apuração do *quantum* da indenização, o mesmo deve guardar correspondência com a gravidade do fato e as condições econômicas dos postulantes e do causador do dano, evitando-se o enriquecimento sem causa e a reiteração da prática ilícita.

Ademais, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por conseguinte, entendo que o valor arbitrado pelo MM. Juiz *a quo*, de R\$85.000,00, atende satisfatoriamente aos parâmetros antes mencionados, não comportando modificação, devendo, portanto, ser mantido.

Quanto ao pensionamento, fixado em 1/3 de 1,4 salários mínimos entendo que também não merece alteração. Isso porque a autora é menor incapaz, e conta atualmente com 10 anos de idade, sendo evidente sua



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

dependência econômica.

E não há que se falar em afastamento da pensão fixada em razão de eventual recebimento de pensão previdenciária, já que referidas indenizações possuem naturezas distintas.

Esse é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a saber:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 54/STJ. PENSIONAMENTO MENSAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INDEPENDÊNCIA. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDIMENSIONAMENTO. POSSIBILIDADE. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A indenização por dano moral puro decorrente da morte de familiar em acidente automobilístico deve ser acrescida de juros moratórios a contar da data do evento danoso, a teor do que determina, inclusive, a Súmula nº 54/STJ. 2. Consoante a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, apesar da ressalva do posicionamento pessoal do relator em sentido contrário, é perfeitamente possível a cumulação das parcelas de pensão indenizatória por ilícito civil e de benefício previdenciário sem que isso importe em ofensa ao princípio da reparação integral. 3. Não constitui reformatio in pejus a redistribuição dos ônus sucumbenciais resultante do acolhimento de pedido expresso das partes ou da alteração da verba indenizatória pleiteada na demanda. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 541.568/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 30/09/2015)

Por outro lado, o presente recurso merece ser provido no que diz respeito à concessão do benefício da gratuidade judiciária.

É pacífico nos tribunais o entendimento de que a declaração de hipossuficiência é o bastante para que seja concedido o benefício da justiça gratuita, embora possa o juiz da causa indeferi-lo ou exigir comprovação de necessidade, quando haja nos autos indícios de que a parte possua condições financeiras para arcar com as custas processuais.

No caso em tela, não há sinais de riqueza e indícios de que o apelante possua condições financeiras para arcar com as custas e despesas processuais sem comprometer o seu sustento, sobretudo em razão da profissão declarada – auxiliar de montagem, o que corrobora a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

hipossuficiência alegada.

Observa-se, por oportuno, que não se exige que a parte suporte um estado de miserabilidade absoluta para que possa se socorrer da gratuidade. Por essa razão, concedo ao apelante o benefício da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou parcial provimento ao recurso, apenas para conceder ao apelante o benefício da assistência judiciária gratuita mantendo no mais a r. sentença.

CESAR LUIZ DE ALMEIDA
Relator